

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.874 - SP (2019/0363364-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADOR : LUCYMAR BARBOZA DE SOUZA PEREIRA E OUTRO(S) -
SP120743
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO GONÇALVES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - Execução fiscal -- IPTU e taxas de conservação de vias e logradouros, limpeza pública, coleta de lixo, e de prevenção e extinção de incêndios do exercício de 2004 - Sentença que reconheceu, de ofício, a nulidade da CDA e extinguiu a ação - Inconformismo fazendário improcedente - Nulidade da CDA em decorrência do não preenchimento dos requisitos legais (art. 202, III, do CTN e art. 2º, §5º, III, da Lei nº 6.830/1980) – Ausência de indicação do fundamento legal específico e data de vencimento dos tributos - Exercício do contraditório e da ampla defesa prejudicado - Vício que afeta o próprio lançamento e/ou a inscrição - Impossibilidade da substituição da CDA -- Nulidade do título executivo extrajudicial reconhecida, nos termos do artigo 485, IV, do CPC/15 - Sentença mantida - Recurso não provido.

Quanto à primeira controvérsia, a parte alega violação do art. 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80, no que concerne à possibilidade de emenda ou substituição dos títulos até a decisão de primeira instância, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Tratando-se de pretensão ventilada em execução fiscal, ainda que se vislumbrasse a existência de irregularidade na formação do título, de rigor seria o cumprimento da medida preconizada pelo artigo 2º da Lei Federal nº 6.830/80, que expressa e inequivocamente estabelece que "até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída".

Frisa-se que a lei que regulamenta o procedimento executivo fiscal é clara quanto à possibilidade conferida às Fazendas Públicas de emendar os títulos executivos que aparelham a pretensão executiva fiscal.

[...]

Tudo isso converge a uma única conclusão: a extinção propalada é

prematura, e acabou por negar à Fazenda Pública o direito de emendar ou suprir os vícios que alegadamente se fazem presentes quanto aos elementos formais da petição inicial e documentos (fl. 87).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 204 do CTN, no que concerne à certeza e liquidez das certidões de dívida ativa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Conclui-se que, em se tratando de dívida ativa regularmente inscrita, a prova da não existência do crédito tributário está a cargo da recorrida, não tendo esta Municipalidade que produzir prova alguma de sua titularidade.

[...]

Ressalte-se ainda que a Certidão de Dívida Ativa contém todas as informações referentes ao crédito que é exigido, porquanto também não se pode olvidar de sua regularidade formal e material, consoante segue abaixo demonstrado (fls. 88).

Quanto à terceira controvérsia, a parte assevera a regularidade formal e material das certidões de dívida ativa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O Ilustre Relator fundamentou a extinção do executivo fiscal, visto que as Certidões de Dívida Ativa que instruem a presente Execução Fiscal são desprovidas de fundamentação legal, requisito este constante dos artigos 202, III do Código Tributário Nacional e 2º, § 5º, III da Lei de Execuções Fiscais, in verbis:

[...]

A argumentação que realizou foi no sentido que não há menção clara no tocante à origem da cobrança.

Cumprе observar, entretanto, que os tributos ora discutidos decorrem da aplicação da legislação em vigor, qual seja, a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e o Código Tributário Municipal.

[...]

Não obstante, cumpre ressaltar que a Certidão de Dívida Ativa possui todos os elementos exigidos pela legislação pertinente, bem como se trata por título revestido da presunção de liquidez e certeza.

[...]

Portanto, verifica-se que não há que se falar em ausência dos requisitos legais da Certidão de Dívida Ativa emitidas por essa Municipalidade (fls. 89/92).

Quanto à quarta controvérsia, defende a regularidade da cobrança de taxa de lixo, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A taxa cobrada pelo Município na presente execução é a taxa de coleta de lixo, constando na CDA como "TX.LIMP.PUBL(<1999).TX COLETA LIXO", código 2911. A expressão utilizada não retira a higidez

da cobrança, ela apenas significa que até o ano de 1999 a taxa exigida pelo Município de São Bernardo do Campo era a taxa de limpeza urbana. Todavia o Código Tributário Municipal foi alterado pela Lei nº 4.679/1998 e 5.971/2009 revogando-se os dispositivos que previam a taxa de limpeza urbana para prever a taxa de coleta de lixo.

Sendo assim, os fatos geradores ocorridos após o exercício de 1999, como é o caso dos cobrados nesta execução fiscal, são tributados pela taxa de coleta de lixo.

[...]

Verifica-se, portanto, que a taxa cobrada nesta execução fiscal cumpre a determinação da Sumula Vinculante nº 19 do STF e do artigo 145, II da Constituição Federal (fls. 94/96).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira** controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Quanto à **primeira e à segunda** controvérsias, o acórdão recorrido assim decidiu:

Não é de se olvidar que, em muitos casos, apesar da existência de vício formal ou material, é possível oportunizar ao exequente que proceda à substituição da CDA, com emenda dos equívocos apontados (art. 2º, § 8º da LEF) (Cf. Esp nº 1225978/RJ, Recurso Especial 2010/0226588-5, Rei. Min. Mauro Campbell Marques j. 17/02/11).

Insta consignar que não se trata de equívoco passível de saneamento,

caso em que teria aplicação o contido nos artigos 139, IX e 317, do CPC/2015, a fim de oportunizar ao exequente sua correção.

Isto porque referido vício afeta o próprio lançamento efetuado.

Não se vislumbra, ainda, no caso vertente, vício formal da petição inicial a ensejar a intimação do exequente para emendá-la (art. 321, do CPC/2015), mas sim que se trata de eiva nos títulos executivos que fundamentam a execução, o que conduz inexoravelmente à extinção do feito, nos termos do art. 803, I, e parágrafo único, do mesmo diploma legal (fl. 78).

Aplicável, portanto, a ambas as controvérsias, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à **terceira** e à **quarta** controvérsias, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto

porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, quanto à **quarta** controvérsia, ainda que se considere a citação de passagem de legislação local realizada pela parte recorrente, impõe-se o óbice da Súmula n. 280/STF, aqui aplicada por analogia, uma vez que não é cabível a interposição de recurso especial alegando ofensa a dispositivo de lei estadual ou municipal.

Nesse sentido: “Quanto à alegação de afronta à Lei Estadual 14.939/2004, a análise de dispositivos de legislação local é pretensão insuscetível de ser apreciada em Recurso Especial, conforme a Súmula n. 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'” (REsp 1.699.402/GO, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1334776/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 11/12/2018; REsp 1.758.936/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no REsp 1699361/RO, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 13/6/2018; e AgInt no AREsp 1056158/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/6/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente